

PFL ameaça fazer a sua Constituição

Lourenço acusa o PMDB de romper acordo que garantia ao PFL a 1ª vice-presidência da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Vamos começar a elaborar a Constituição do PFL e de outros partidos e pedir, posteriormente, o referendo popular para ver se o povo fica conosco ou com a Constituição do PMDB e de setores da esquerda." A ameaça foi feita ontem pelo líder pefelista na Câmara, José Lourenço, ao anunciar que seu partido rompeu o acordo com o PMDB sobre a eleição da Mesa da Constituinte por causa da primeira vice-presidência. O cargo foi prometido ao PFL pelo líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, e depois negado pelo líder na Constituinte, Mário Covas. Formalmente, no entanto, o PMDB contesta a afirmação de que o acordo tenha sido articulado.

José Lourenço garantiu que o PFL não indicará representantes à Mesa da Constituinte nem para qualquer uma de suas comissões. Criticando duramente seus parceiros da Aliança Democrática, o deputado, que funciona como "dispositivo de segurança" da Constituinte e do governo contra os avanços da esquerda, insistiu em que os líderes do PFL não sejam transformados em uma agremiação semelhante ao PRI do México. Para efetivar sua manobra, os "xixis" pressionam a substituição do presidente peemedebista, Ulysses Guimarães.

Segundo o líder do PFL, foram encerrados os entendimentos para a eleição do deputado Humberto Souto, já indicado pela bancada do partido para ocupar a primeira vice-presidência da Constituinte. Ele comentou que o senador Mário Covas não teve sequer a gentileza de uma comunicação direta mas, através da imprensa, e sem qualquer diálogo com o PFL, apontou o fim do acordo, "o que nos leva a crer que eles querem produzir, sozinhos, uma nova Constituição para o Brasil".

Referindo-se ao encontro que manteve com o presidente do PMDB, José Lourenço disse que a visão de Ulysses Guimarães é bastante diferente dos objetivos procurados por Mário Covas: "Como grande líder do processo de reconstrução democrática, ele acha que somente através de entendimento é que chegaremos a uma Carta que se identifique com os valores da maioria da Nação". Depois, o líder pefelista acrescentou: "Nota que o senador Mário Covas tem sua visão própria do processo e quer elaborar uma Constituição do PMDB. Por isso, vamos lhe dar a liberdade para fazer a Constituição somente para o PMDB; não vamos participar das eleições da Mesa nem das comissões".

O presidente da República, na opinião de José Lourenço, não pode ser privado do direito de influir na Constituinte, já que é, antes de tudo, o líder maior do País. Mas, segundo o,



deputado pefelista, o senador Mário Covas pretende que Sarney não participe em nada da redação da nova Constituição. "Pelo que se pode prever", disse Lourenço, "ele parece ter o projeto de trazer o PRI para o Brasil. E o PRI é o partido que, no México, fraudou eleições, pôde a oposição na cadeia, e está no poder há 70 anos. Para isso, querem afastar rapidamente o presidente do partido, símbolo do regime democrático vigente, justamente porque ele resiste à mexicanização da política brasileira. As novas lideranças que emergiram no PMDB querem chegar logo ao poder. O caminho delas para alcançar este objetivo, atingir a própria Presidência, é o estilo PRI, que não tem sequer adversários".

Perguntado sobre como via a condução da economia pelos ministros do PMDB, José Lourenço foi irônico: "Quem pode falar melhor sobre o assunto é a Maria da Conceição Tavares...". E a respeito do ministro da Fazenda, especificamente, foi ainda mais sarcástico: "Sobrenatural", respondeu José Lourenço.

PMDB EXPLICA

O deputado Euclides Scalco, vice-líder do PMDB na Constituinte, garantiu ontem que seu partido não firmou qualquer tipo de acordo para entregar a primeira vice-presidência da Assembleia ao PFL. Ele disse que

Ulysses Guimarães chegou a iniciar entendimentos sobre o assunto, mas sem concluí-los. Além disso, segundo Scalco, no mesmo dia da reunião da bancada que elegeu Mário Covas líder peemedebista na Constituinte, o deputado Miro Teixeira e o senador Fernando Henrique Cardoso procuraram José Lourenço para contestar a tentativa de acordo.

De acordo com o relato de Euclides Scalco, os dois peemedebistas explicaram ao líder José Lourenço não ser possível firmar nenhum entendimento para entregar ao PFL a primeira vice-presidência da Constituinte porque as bancadas de seu partido na Câmara e no Senado eram inteiramente contra a iniciativa.

A insistência de que houve um acordo entre o PMDB e o PFL foi considerada pelo vice-líder peemedebista como um fato estranho, já que, segundo garantiu, nada foi formalizado, existindo apenas conversas sobre a divisão dos cargos da Mesa diretora da Constituinte.

No final da semana, o líder Mário Covas disse claramente que o PMDB não entregaria a primeira vice-presidência aos pefelistas, alegando que a iniciativa seria contestada pelas bancadas do partido. Covas garantiu também desconhecer a existência de entendimentos nesse sentido, assegurando que apolaria o acordo, se efetivamente houvesse sido firmado pelo comando de seu partido.

Declaração de guerra' surpreende Covas



Mário Covas

Sem perder a calma, o líder Mário Covas ficou surpreso ontem, ao tomar conhecimento, por jornalistas, da "declaração de guerra" do líder José Lourenço. Já o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, preferiu o tom conciliador: "O PMDB não quer fazer a Constituição sozinho", disse, garantindo que será adotado para a composição da Mesa da Constituinte o mesmo critério do regimento interno: o entendimento. Ulysses lembrou que a Aliança Democrática já venceu "dificuldades maiores" e que a disputa pela primeira vice-presidência não justifica nenhuma posição extremada: "Eu tenho significativo apreço à Aliança; precisamos da colaboração de todos os partidos e, é claro, do nosso aliado, que é o PFL".

Para Mário Covas, é incoerente a posição de José Lourenço que, segundo foi divulgado, não pretende aceitar a indicação do senador Severo Gomes para o cargo de relator-geral da Comissão de Ordem Econômica. "Ainda nem começamos a examinar nomes", afirmou, acrescentando que o PMDB não aceitará vetos do Partido da Frente Liberal.

Amanhã, a partir das 11 horas, deputados e senadores constituintes do PMDB estarão reunidos, por convocação do líder Mário Covas, com o objetivo de definir e decidir o problema da Mesa-diretora. Salvo imprevistos, as bancadas do PMDB não aceitarão entregar ao PFL a 1ª vice-presidência da Mesa da Constituinte. O impasse está criado e, possivelmente, Ulysses Guimarães ficará em dificuldades.

O CULPADO

Se houver, desta vez, o rompimento do PMDB com o PFL, na Constituinte, um dos principais responsáveis será o presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia, Ulysses Guimarães. Os líderes do PMDB e do PFL, na semana passada, acertaram a composição da Mesa para atender, em grande parte, pedido do próprio Ulysses, de indicar para a 1ª vice-presidência o deputado mineiro Humberto Souto, do PFL. Pouco depois de divulgado o acordo, surgiram reações na bancada do PMDB. A grande maioria não aprovou o entendimento do presidente e dos líderes do partido na Câmara e no Senado, de organizar a Mesa da Constituinte com a cessão da 1ª vice-presidência ao PFL. Ulysses Guimarães e os líderes foram avisados da reação e, a alguns deles, o presidente do PMDB confirmou ter influenciado a solução, por desejar ter como seu substituto na presidência da Constituinte o deputado Humberto Souto — que foi seu 1º vice-presidente da Câmara no período 1985/86.

Durante o tempo em que Ulysses ficou afastado da direção da Câmara, no início do ano passado, por motivos de saúde, Humberto Souto foi extremamente leal a ele. Ulysses Guimarães não se esqueceu disso e, sempre que há oportunidade, não deixa de mencionar o fato. A preferência de Ulysses pela escolha de Humberto Souto foi transmitida pelo próprio presidente do PMDB e da Constituinte a líderes do PMDB e do PFL.

Por isso mesmo o líder José Lourenço conseguiu convencer os deputados Aloisio Chaves e Mário Assad (MG) a não disputarem a indicação de candidato a 1ª vice-presidente da Mesa da Constituinte na reunião da bancada pefelista, quinta-feira última. Candidato único, Souto foi escolhido para 1ª vice-presidente (e o senador Alagoano Divaldo Suruagy para 2º secretário).

A bancada do PFL fez naquela reunião "de emergência", diante das reações de grande parte da bancada do PMDB ao acordo feito por Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique — antes da inesperada vitória de Mário Covas para líder do PMDB. José Lourenço teve prévio conhecimento de que numerosos deputados, inclusive vice-líderes, não estavam admitindo a cessão da 1ª vice-presidência ao PFL — mesmo conhecendo a preferência de Ulysses por Humberto Souto.

Ao assumir o cargo de líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas defrontou-se com dois fatos: o acerto de Ulysses e dos líderes Fernando Henrique e Luiz Henrique e a reação da maioria da bancada.

Para agravar as dificuldades de Covas, o líder do PFL, José Lourenço, sem dizer publicamente que o fiador do acerto foi o presidente do PMDB, passou a declarar, desde sexta-feira — e ontem ele reiterou sua posição — que o PFL se aliou da 1ª vice-presidência, o maior atingido seria Ulysses Guimarães.

Flemarion Mosari



Dois meses depois, a Constituinte ainda nas preliminares

Mais uma semana de debates internos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Hoje é o 82º dia de funcionamento da Constituinte e os trabalhos de elaboração da nova Constituição ainda não começaram. Por sinal, até o final desta semana os constituintes ainda estarão ocupados com a organização interna. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reconheceu ontem que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte estão atrasados, e em sua opinião será difícil a promulgação da nova Carta no dia 15 de novembro, conforme intenção inicial dos parlamentares, embora sem ter sido fixada data. Covas acha melhor prever para meados de dezembro a promulgação da futura Constituição e lamenta que tenha sido perdido muito tempo com o debate sobre o regimento, mesmo considerando isso normal.

O senador Afonso Camargo (PMDB-PR) acha também muito difícil que o calendário previsto para a execução dos trabalhos da Constituinte, mesmo sem a fixação de datas, venha a ser cumprido, pois houve perda de tempo também com a disputa pela liderança, lembrando outros atrasos como a promulgação do regimento interno e a eleição dos membros da Mesa. Covas calcula que os constituintes estão com um atraso acumulado de duas semanas, e Camargo acha que os trabalhos poderiam ter-se desenvolvido com maior rapidez.

MAIS DÚVIDAS

Para o deputado Bernardo Ca-

bral (PMDB-AM), tem havido até agora apenas o "retardamento" do debate dos verdadeiros temas consti-

tucionais, mas ele lembra que pela primeira vez na história a Constituinte se instalou sem um regimento previamente elaborado. Acha que os trabalhos tenderão a se acelerar, mas ressalta que sempre surge o imponderável. Já o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), concordando com o atraso dos trabalhos e achando que a tendência é piorar, porque a crise econômica acabará influenciando negativamente os constituintes, "que terão suas atenções voltadas para questões do cotidiano". O fracasso da política econômica do governo dará origem à recessão e a uma crise social sem precedentes, as qual os parlamentares não poderão ficar imunes, acrescentou Amaral. Difícilmente, em sua opinião, a nova Constituição poderá ser promulgada em novembro.

O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, admite também "algum atraso", mas considera natural tendo em vista as dificuldades para a elaboração do regimento interno e as disputas das lideranças. Acha, entretanto, que o atraso será recuperado a partir da próxima semana, com a indicação dos membros das diversas comissões e o início efetivo dos debates sobre os grandes temas constitucionais. Bonifácio de Andrada (PDS-MG) acha que os trabalhos estão desenvolvendo-se normalmente e alguns entraves são naturais, pois o Legislativo atua abertamente e sofre influências de toda a sociedade, o que não acontece com o Executivo.

As comissões dependem de acordo prévio

Coordenadores de bancadas reunidos ontem à noite com o líder do partido na Constituinte, Mário Covas, chegaram à conclusão de que enquanto não houver acordo entre o PMDB e o PFL para a composição da Mesa da Constituinte ou então ocorrer o definitivo rompimento das relações da Aliança Democrática, não será possível uma definição a respeito de quais cargos caberão ao partido, em termos de presidência e relatorias de comissões e subcomissões constitucionais temáticas.

Sabe-se que o PMDB quer ter relatorias nas comissões de Ordem Econômica (para onde iria o senador Severo Gomes), Ordem Social (pleiteada pelo senador Teotônio Vilela Filho), Organização dos Poderes (que tem como candidato o deputado Egídio Ferreira Lima), Educação (disputada pelos deputados Artur da Távola e Hermes Zanetti) e, principalmente, a de Sistematização (com dois fortes pretendentes: Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral).

Covas tenta encontrar uma solução para o alto volume de opções de parlamentares pelas comissões de Educação e Ordem Social (já preenchidas) e o excesso de 50% sobre as vagas disponíveis para as comissões de Ordem Econômica e de Sistematização.

Oliveira vai concorrer com Arinos

Em carta aos líderes de todos os partidos na Assembleia Constituinte, o deputado Adolfo Oliveira (PP-RJ), comunicou que é candidato a presidente da Comissão de Sistematização, apoiando um parlamentar do PMDB para a função de relator-geral.

Desde o ano passado, quando confirmada a eleição de Afonso Arinos ao Senado pelo PL do Rio de Janeiro, surgiu o consenso: o parlamentar e ex-chanceler seria o presidente da Grande Comissão da Constituinte. A Grande Comissão criou Comissão de Sistematização e até agora seu nome era o único para presidir-la.

Adolfo Oliveira (ex-UDN e ex-MDB) comentou ontem, informalmente, que a Assembleia Constituinte não é lugar para homenagens e "com todo o respeito a Afonso Arinos" decidiu lançar-se candidato a presidente da Comissão de Sistematização. Para a função de relator-geral desta comissão há dois nomes considerados favoritos: Pimenta da Veiga (MG) e Bernardo Cabral (AM), ambos do PMDB.

Ontem, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, garantiu, na presença dos primeiros indicados para vice-líderes — deputados Euclides Scalco (PR) e Paulo Macarini (SC) —, que ainda nem começou a examinar nomes para membros das comissões.

Regimento permite que Ulysses decida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se o líder do PFL, deputado José Lourenço, insistir em radicalizar posições e negar-se a apresentar a indicação dos deputados e senadores do seu partido para integrar as comissões da Assembleia Constituinte, pode haver um impasse. O Regimento Interno prevê que as indicações poderão ser feitas pela presidente Ulysses Guimarães, uma vez decorrido o

prazo de 48 horas concedido às lideranças partidárias para isso, a contar da eleição para a Mesa.

O deputado Jaime Santana, do PFL do Maranhão e amigo íntimo do presidente da República, já antecipou que não aceitará ser indicado à revelia e pretende recorrer até a um mandado de segurança para evitar sua indicação. Tanto ele como Saulo Queiroz (PFL-MS) não concordam com a orientação de José Lourenço de não participar da Mesa Diretora

da Assembleia Nacional Constituinte nem das comissões constitucionais. Eles temem que o PFL, com apenas 138 constituintes contra 303 do PMDB, sofra derrotas sucessivas em plenário se insistir nessa tese.

Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, ponderou a Santana que o regimento da Constituinte "não oferece sustentação à rebeldia" e que Ulysses Guimarães pode formalizar as indicações se a liderança pefelista não o fizer. Apesar disso, Queiroz prevê que, configurada a situação,

Ulysses deverá disciplinar o assunto através de um projeto de resolução.

Muitos liberais reconhecem que o partido está próximo de um impasse, por causa do temperamento passional e explosivo do líder José Lourenço. Este, diante da negativa do PMDB em entregar ao PFL a 1ª vice-presidência da Constituinte, decidiu não somente excluir seu partido da Mesa como das comissões. E ameaçou, até, fazer "uma Constituinte paralela".

Maior, prazo do governo para definir o mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem, após audiência com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, que até maio estará firmado o acordo político entre o PMDB, PFL e demais partidos interessados em participar do entendimento para definir a duração do mandato do presidente Sarney. Sant'Anna acredita que prevalecerá o prazo de seis anos previsto na atual Constituição.

Carlos Sant'Anna afirmou também que dentro de três ou quatro meses a situação econômica do País estará normalizada e o presidente voltará a contar com o mesmo apoio

popular conquistado quando da implantação do Plano Cruzado. Mas, apesar da crise, o líder do governo acha que nos Estados por onde o presidente Sarney tem passado a recepção do povo é sempre boa.

O deputado Sant'Anna garantiu não ter tratado durante audiência com o presidente nem da definição do mandato nem sobre apoio popular. Segundo o líder do governo, ambos conversaram a respeito do momento político e do trabalho de articulação que realiza na Câmara. O presidente, segundo Sant'Anna, fez alguns comentários sobre a reunião de sábado com empresários paulistas, em Itatiba: "Muito bom, tanto no aspecto econômico quanto político, e num clima de abertura e franqueza".



Sant'Anna acha que popularidade do governo vai melhorar

Ex-deputado consulta o STF sobre quem decide sucessão

O ex-deputado Jorge Carone (PDT-MG) encaminhou ontem requerimento ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, solicitando a manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Assembleia Nacional Constituinte para definir a duração do atual mandato presidencial. Carone argumenta que não é competência da Assembleia definir a questão, já que a atual Constituição "não se exauriu com a instalação da Constituinte". O ex-parlamentar é autor de uma proposta de emenda constitucional (que não chegou a tramitar no Congresso) fixando o mandato presidencial em quatro anos.

BA), por sua vez, continua insistindo nas diretas - já e anunciou ontem, em nota à imprensa, que elaborou uma sugestão de norma, a ser submetida à Constituinte. Ele quer a convocação de eleições diretas para presidente da República 120 dias depois de promulgada a nova Constituição, o que ele acredita ocorrerá a 15 de novembro. Haveria eleição em 15 de março.

Na nota, Bacelar argumenta que "ninguém pode negar que o atual governo é de transição e terá cumprido sua tarefa ao promulgar a nova Constituição. A isso se acrescenta a anomalia de existir hoje um presidente da República eleito por votação indireta".

O senador Ruy Bacelar (PMDB-